

BARRAGI STA FINKADU MA NÓS NU FIKA DISARIADU¹: ESPAÇOS DE AFRONTAMENTO ENTRE AS DÚVIDAS DO PRESENTE E AS INCERTEZAS DO FUTURO NA COMUNI- DADE DE BOAVENTURA, FIGUEIRA GORDA, ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE

BARRAGI STA FINKADU MA NÓS NU FIKA DISARIADU:
SPACES OF CONFRONTATION BETWEEN THE IMPASSES OF
THE PRESENT AND THE UNCERTAINTIES OF THE FUTURE IN
BOAVENTURA COMMUNITY, FIGUEIRA GORDA, SANTIAGO
ISLAND, CAPE VERDE.

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira*

1. Lançamento da primeira pedra para a construção da BFG

No dia 11 de fevereiro de 2012, dezenas de pessoas dirigiram-se à Ribeira de Boaventura, no Concelho de Santa Cruz, Ilha de Santiago para assistirem ao lançamento da primeira pedra para a construção da maior barragem até agora construída em Cabo Verde – a Barragem de Figueira Gorda (BFG). “A nova infraestrutura hidráulica a ser concluída num prazo de 24 meses,

irá armazenar um milhão e oitocentos mil metros cúbicos de água que beneficiará cerca de 120 hectares de terrenos” (www.mdr.gov.cv, consultado em 02/03/2015). Os trabalhos de construção ficaram a cargo da empresa portuguesa “Conduril Engenharia”, a qual teve um prazo de dois anos para entregar a obra. A BFG ficou avaliada em 3,7 milhões de euros e nasce no âmbito da linha de crédito do governo português que disponibilizou a Cabo Verde para projetos de mobilização de água para a agricultura,

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/RS/Brasil). Vogal do Conselho Diretivo, Docente e Pesquisador na Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais. Atua na área de Sociologia com ênfase em Sociologia Rural e do Desenvolvimento – Uni-CV (Praia/Cabo Verde). vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv.

1. Barragem já foi construída mas nós ficamos desorientados (tradução livre da língua cabo-verdiana).

num planeamento que previu a construção de 17 barragens entre os anos de 2006 a 2015 (www.mdr.gov.cv, consultado em 07/03/2015).

Depois da Barragem de Poilão (BP), em 2006, a primeira infraestrutura do género construída pela China no arquipélago, foram inauguradas em 2013 as barragens de Salineiro, no Município de Ribeira Grande de Santiago; de Faveta, no Município de São Salvador do Mundo e de Saquinho no Município de Santa Catarina. Entre 2014 e 2015, foram inauguradas as barragens de Canto Cagarra, na Ilha de Santo Antão e de Banca Furada, na Ilha de São Nicolau, as primeiras a serem construídas fora de Santiago, a maior e a mais populosa ilha do arquipélago².

Trata-se de barreiras artificiais construídas em alvenaria nos cursos de rios sazonais para a retenção de grandes quantidades de água na época das chuvas. A sua utilização é sobretudo para irrigar campos agrícolas. Deve-se ter em conta que em Cabo Verde não existem rios perenes e quando chove, normalmente de forma torrencial, a maior quantidade de água vai diretamente para o mar. A agricultura desenvolve-se em condições extremamente precárias, devido, particularmente, à grande penúria de água. Neste contexto, se emerge a opção pela construção de infraestruturas de retenção de águas pluviais.

A meta do governo é, por via da construção de um conjunto de infraestruturas hidráulicas, transformar Cabo Verde de país em constante *stress* hídrico num dos mais ricos em termos de água por habitante, re-

volucionando setores como a agricultura, abastecimento de água às populações e até travando o êxodo rural, criando condições para o desenvolvimento de várias áreas económicas no mundo rural (FERREIRA, 2015). Este programa pretende continuar a apostar na “modernização” da agricultura através da mobilização de 75 milhões de metros cúbicos de água até 2016 através da construção de barragens expandindo a superfície irrigada para 2.070 hectares, incluindo cerca de 1.820 hectares com sistema de rega gota a gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e o agronegócio (www.mdr.gov.cv, Consultado em 7/03/2015).

Já não nos basta ter agricultura. A aposta na agricultura é para continuar e a chave para o sucesso dessa aposta é a captação de água onde o Governo continua a investir fortemente. Já há financiamento garantido para a construção de mais oito barragens nos próximos tempos, e o Governo está a mobilizar recursos para a construção de mais 17 barragens um pouco por todo o país. É diferente este Estado da Nação. Fala-se hoje em extensão rural, em irrigação inteligente, em ciência e tecnologia voltada para o campo, em erradicação da pobreza no mundo rural, em estradas asfaltadas que penetram os interiores de Cabo Verde.³

Para o poder público a agricultura “está na moda” em Cabo Verde. A modernização do setor tem por objetivo demonstrar que, apesar de sermos um país com problemas de falta de água, o agronegócio pode ser uma

2. Cabo Verde é um país insular, constituído por um arquipélago composto por dez Ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

3. Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves, no Parlamento na abertura do debate sobre o estado da nação - 2011: Fonte: <http://pt.calameo.com/read/001279254509e5deb2ea>, Consultado em 08/06/2016.

área muito rentável onde vale a pena investir. Crê-se que este investimento, não só pode dar um forte impulso à produtividade e produção agrícola, contribuindo para a segurança alimentar e redução da pobreza, mas, também, pode apoiar as comunidades rurais e promover um crescimento económico mais amplo e proporcionar segurança alimentar. Com os investimentos que têm vindo a ser feitos em modernização, capacitação dos agricultores, introdução de novas espécies, sistema de rega gota a gota, mini-barragens e aumento da disponibilidade de água para agricultura, o governo espera num futuro breve, ter resultados rápidos e satisfatórios em proporção do investimento realizado. Para além do desafio da continuação da modernização e reconversão do sequeiro em regadio, aposta-se também no embalamento, distribuição, transporte e, associada à agricultura, se pretende incrementar a indústria de transformação que também pode contribuir para o desenvolvimento do mundo rural.

Convém referir que quando se fala em agronegócios em Cabo Verde, os documentos orientadores do setor agrícola (como o PNIA - Programa Nacional de Investimento na Agricultura) apontam como referência os seguintes aspetos: promover o setor

agrícola para uma produção orientada para o mercado; utilização de tecnologias modernas para a produção, a transformação e a distribuição, incluindo as tecnologias de informação e da comunicação (TIC); desenvolvimento biotecnológico na pesquisa e sua adaptação, com vista a obter valor acrescentado a todos os níveis da cadeia da produção; desenvolvimento de recursos humanos para melhorar a elaboração e execução de políticas assim como as capacidades de “empresarialização” do setor. Contudo a reduzida dimensão das propriedades, as condições climáticas e infraestruturais não permitem a constituição de grandes propriedades, altamente mecanizadas e conectadas com os mercados internacionais de *commodities*. Neste caso, o termo agronegócio se refere à constituição de pequenas empresas agrícolas, associados à indústrias de transformação para o mercado local e pequenos nichos de produtos tradicionais para exportação, sobretudo para a vasta diáspora constituída por nacionais e seus descendentes, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos⁴.

Numa entrevista ao jornal digital “A semana on line”, o então presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz não escondeu a sua satisfação e avançou que o “maior tan-

4. Composto por dez ilhas, o arquipélago de Cabo Verde tem uma população de 491.875 habitantes (Fonte: www.ine.cv, Consultado em 08/6/2016). Estima-se que atualmente o número de cabo-verdianos vivendo em outros países seja bem maior do que o de habitantes no arquipélago e que atualmente existam comunidades de emigrantes espalhadas por cerca de 40 países diferentes, nos cinco continentes. Estados Unidos (300.000) e Portugal (100.000) são os principais países de acolhimento dos cabo-verdianos. Os emigrantes cumprem uma importante função para a economia nacional através do envio das remessas de dinheiro para as famílias em Cabo Verde. Especialistas observam que, apesar da importância destas remessas, a ligação dos cabo-verdianos com a “pátria” extrapola a ajuda material. Para mais informações consultar: GRASSI M. (2006). Cabo Verde Pelo Mundo: o gênero e a diáspora cabo-verdiana. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_6.pdf; BATALHA, L. (2004), The Cape Verdean Diaspora in Portugal – Colonial Subjects in a Postcolonial World, Lexington Books, Oxford; ALMEIDA, R. A. (1995) Nos ku Nos: A Comunidade Transnacional Caboverdiana, Disponível em www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cv_transp.htm

que” do Município de Santa Cruz iria criar mais zonas irrigadas, mais empregos bem como a reanimação da atividade agrícola empresarial no Concelho. “A Barragem de Figueira Gorda vem dar forma a um sonho antigo: a reabilitação da Justino Lopes, a maior empresa agrícola do país, dando-lhe a importância que tinha para a economia da ilha de Santiago”(www.asemana.publ.cv, consultado em 02/03/2015).

Um dos impactos esperados é a “recuperação” de toda Bacia Hidrográfica de Figueira Gorda o que irá permitir reerguer a Empresa Justino Lopes, antes a grande referência em matéria de empreendimento agrícola e pecuária no país e que, para além de abastecer o mercado nacional, chegou a exportar grandes quantidades de banana e outros produtos para países como Portugal e outros destinos europeus, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. A BFG vai possibilitar a mobilização de água, que irá permitir o reforço do abastecimento do mercado nacional, designadamente o mercado turístico, com um impacto no crescimento económico e na geração de emprego (www.governo.cv, consultado em 02/03/2015).

Com a construção da BFG prevê-se desalojar cerca de 30 famílias cujas casas e os terrenos agrícolas irão ficar inundadas ou interditadas pela água da albufeira a ser acumulada e que ocupará uma área de 165 mil metros quadrados (www.inforpress.publ.

cv, consultado em 05/05/2015). Achada Bel-Bel, a cerca de cinco quilómetros da Ribeira de Boaventura, foi o local escolhido para a construção dos novos assentamentos.

Boaventura situa-se a cerca de 10 quilómetros da Capital do Município de Santa Cruz. De acordo com os dados do Censo 2010, a comunidade conta com um total de 440 habitantes, e 120 famílias (www.ine.cv, Consultado em 22/5/2016). Cerca de 30 famílias vão ser afectadas diretamente através da perda de suas casas ou das suas propriedade agrícolas. Trata-se de uma comunidade cuja pequena agricultura irrigada e a criação de gado de pequeno porte (cabras, ovelhas e porcos) são as principais fontes de rendimento. As propriedades localizadas no leito da ribeiras beneficiam da água que corre no período das chuvas, para o cultivo de produtos agrícolas de ciclo curto (batata doce, couve etc.) e com recurso a poços artesianos, irrigam os cultivos mais perenes como a banana e a cana-de-açúcar. As parcelas familiares são em média muito pequenas (pouco mais de um hectare por família) e os cultivos são diversificados.

As habitações (de padrão Classe A⁵) vão ser construídas pela mesma empresa responsável pela edificação da Barragem (Corduril Engenharia), com quem o governo assinou um contrato de empreitada por ajuste direto no valor de 97 milhões de escudos cabo-verdianos. Justificando a contratação

5. Com o intuito de atender às necessidades da população de baixos rendimentos com problemas específicos no acesso à habitação, e, assim, permitir o acesso a terra urbanizada e a habitação digna, a uma parte da Comunidade Cabo-verdiana, instituiu-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que tem como objetivo implementar as políticas e os programas de investimentos habitacionais. As habitações são construídas em função do tamanho do agregado familiar e do nível de rendimento das famílias. Assim o SNHIS estabeleceu três padrões habitacionais:

- Classe A – para agregados familiares com rendimental mensal até os 411 USD;
- Classe B – para agregados familiares com rendimento mensal entre os 412 USD até 1028 USD;
- Classe C – para agregados familiares com rendimento mensal superior a 1028 USD.

Para mais informações consultar o site: <http://www.ifh.cv/index.php/casa-para-todos-snhis>

direta da construtora, o Governo argumenta que estas 30 habitações não justificam o lançamento de um concurso público. “Ganha-se em termos de logística e de compatibilização das responsabilidades relativas a estas duas empreitadas”, argumenta o executivo (www.asemana.publ.cv, consultado em 02/03/2015).

Nos primeiros meses após o início da construção, a população local esteve relativamente expectante, por um lado ansiosos em relação aos potenciais ganhos que tal infraestrutura poderia potenciar, por outro algo receosos em relação ao futuro das suas casas e propriedades. Durante todo o processo de conceção do projeto (estudos de localização, impacto ambiental e económico etc.), até o início da construção, os Boaventurenses adotaram uma posição relativamente passiva. Não houve oposição explícita ao projeto. Todo o discurso à volta do “sucesso” deste modelo implementado inicialmente com a Barragem de Poilão (BP) fez com que os Boaventurenses fossem vistos como os próximos “privilegiados” do desenvolvimento. Assim, contestar a construção da BFG seria o mesmo que se opor ao desenvolvimento e à modernização da agricultura de toda uma região, que há gerações vinha sonhando com esta oportunidade. À escala nacional, também não houve contestação de ordem política que reconsiderasse o projeto no seu conjunto, nem qualquer organização coletiva de contestação. Desenhou-se assim um cenário em tudo semelhante ao enfrentado pelos habitantes da Aldeia da Luz a quando das negociações com vista à construção da Barragem do Alqueva, na Região do Alentejo, Sul de Portugal.

O grande projecto de remodelação do Alentejo foi aceite, talvez de uma forma exagerada optimista. A aldeia da Luz, por seu lado, não

estava a favor, quer dizer, não queria mudar de sítio e deixar as suas casas. Mas também não manifestou grande resistência, apenas resistência de princípio e de âmbito individual para salvar os seus bens privados. Nunca houve associação de defesa da aldeia velha, ou forma colectiva de resistir para conseguir mais condições ou mais empregos no futuro, por exemplo. O povo aceitou a mudança “para o bem da região” e adoptou o qualitativo de “sacrificados do Alentejo” dado pelo Presidente da República(WATEAU, 2008, p. 6).

No contexto brasileiro, encontramos uma vasta literatura que dá voz e visibilidade aos habitantes excluídos dos processos de desenvolvimento económico. Sílvio Coelho dos Santos na sua obra “A geração hídrica de eletricidade no Sul do Brasil e seus impactos sociais” (2003), nos relata o contexto de emergência de movimentos de defesa dos atingidos pela construção de barragens que se definem como formas de resposta a processos externos de apropriação dos rios para a produção de eletricidade e que provoca alterações radicais no espaço e na vida das comunidades.

[...] os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tinham tido consequências sócio-ambientais desastrosas. Assim, nos anos 80, com a redemocratização do país, o setor elétrico enfrentou dificuldades para levar a termo projetos que estavam em andamento. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas disseminaram-se [...] Pode-se perceber que tais projetos foram e são implantados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional (SANTOS, 2003, p. 88).

Fleury (2013) ao analisar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte conclui que há mais diferenças de pontos de vista entre os diferentes sujeitos do que o que os estudos de impacto ambiental e as políticas de desenvolvimento podem abarcar. Uma ampla rede, conectando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, agricultores, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades –, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, disputam a construção ou não das grandes infraestruturas hidráulicas.

2. Início da construção da BFG e a implementação de medidas restritivas

Com o início da construção da BFG e a aproximação da época das chuvas foi interditado a rega das propriedades agrícolas dentro do perímetro da Ribeira de Boaventura, foi ordenado o corte de todas as plantas e, conjuntamente, foi proibida a realização de obras de melhoramento e/ou expansão das habitações.

A população de Boaventura ficou assim privada do seu principal meio de sustento, a agricultura, na expectativa de receber, em tempo acordado, as respectivas indenizações. Contudo este processo tem-se revelado demorado e em consequência tem feito aumentar as tensões e as incertezas no seio da comunidade.

São plantas que estão no campo e que custaram muito para os agricultores e na informação que a delegada trouxe é que temos poucos dias para a retirada destas plantas. Estamos na incerteza e na tristeza, porque são inúmeras plantas de bananeira, papaveira, frutas que não dá para retirar assim (Agricultor, 47 anos, entrevista realizada em 14/03/2014).

Conforme Acselrad (2006), o avanço da fronteira de exploração de recursos entra em choque com a disposição dos sujeitos sociais “obrigados” a dar outros sentidos a seus territórios, outros destinos aos seus recursos e a terem que “optar” por outros modos de regular o tempo-espço aos quais, muitas vezes associam suas próprias identidades. Os projetos de “reordenamento” das bacias hidrográficas e da mobilização de água por via da construção de barragens estão assim no centro da disseminação de uma crescente conflitualidade tendo na base a disputa por recursos ambientais e manutenção de modos de vida nas pequenas comunidades rurais afetadas por estes investimentos em Cabo Verde (FERREIRA, 2015). As transferências dos custos para as populações são deste modo entendidas como uma componente indissociável de uma opção de desenvolvimento económico baseada na lógica de abertura para a entrada de recursos e saída de resíduos (ALIER, 2007). As disputas políticas entre os Boaventurenses e as autoridades vinculam corpos, ambiente, cultura e economia em torno de multiplicidades socioculturais (ESCOBAR, 2008) que transformam este fenómeno numa verdadeira luta pela autonomia e pela negação da condição de resíduos.

A 22 de Março de 2014 uma comitiva chefiada pelo Primeiro-Ministro foi visitar o andamento das obras da BFG e durante a visita foi confrontado por um grupo de agricultores locais que pediram esclarecimentos do Governo sobre os cultivos na albufeira da barragem que vão ficar prejudicados, as casas inundadas e o acesso a comunidade de Toril obstruído.

Queremos uma explicação clara do Governo sobre o nosso destino, porque ficamos com a impressão de que o Governo não se preo-

cupou em resolver os nossos problemas, mas sim, fazer apenas aquilo que tinha programado mesmo que nós fiquemos prejudicados (Agricultor, 53 anos:www.rtc.cv, consultado em 02/01/2015).

Depois de registar estas preocupações, o Primeiro-Ministro garantiu que estão a fazer as negociações e que as casas vão ser construídas rapidamente e as pessoas serão devidamente compensadas pelas perdas. O Governo pretende indemnizar as pessoas que vão perder as suas terras, os seus cultivos com a construção da BFG e também construir habitações para as pessoas cujas casas vão ficar submersas, portanto aqui “não há nenhum problema”, na perspectiva do Governo através do discurso do Primeiro-Ministro, pois os ganhos esperados superam os prejuízos.

Bem-aventurado as pessoas de Boaventura porque vão ter uma grande barragem, uma grande infraestrutura e o que nos estamos a fazer é depois indemnizar as pessoas que vão perder as suas terras, os seus cultivos, com a construção da barragem e também construir habitação para as pessoas que vão ficar sem as casas que ficarão submersas. Aqui não há nenhum problema estamos a fazer as negociações, as casas vão ser construídas rapidamente e as pessoas serão devidamente compensadas pelas eventuais perdas mas os ganhos são de longe superiores (www.rtc.cv,- consultado em 02/01/2015).

As reações das autoridades (locais e nacionais) têm sido sempre no sentido de negar ou minimizar a existência de conflitos atribuindo um carácter universalista à causa. Pressupõe-se que quando devidamente informados e consciencializados todos se unirão em volta das propostas de

investimento que revolucionarão o mundo rural. Os sacrifícios exigidos à população de Boaventura são considerados um mal necessário para possibilitar ganhos maiores a todo o Conselho de Santa Cruz e ao país de uma forma geral. Assim, as conceções prevalecentes no debate ambiental contemporâneo em Cabo Verde apontam para a ideia pré-constituída de conflito ambiental como intrínseca à problemática da escassez e as estratégias baseadas em tais diagnósticos tendem a esvaziar o debate político ao justificar soluções autoritárias em nome da humanidade e da segurança internacional (ACSELRAD, 2006). A crescente presença do Estado através da oferta de “pacotes tecnológicos fechados” e a lógica tecnocrática dos projetos desenvolvimentistas de uma economia moderna liberal baseada no mercado tem feito aumentar os conflitos entre os grupos locais (FERREIRA, 2015).

A 3 de abril de 2014, os Boaventurenses tiveram um encontro de esclarecimento com a equipa de técnicos envolvidos no projeto da BFG. Todo o encontro se centrou à volta da questão das novas habitações e sobre as indemnizações em relação aos estragos nas suas plantações. Um dos participantes no encontro informou-nos que as dúvidas existentes anteriormente ficaram dissipadas. Os técnicos explicaram aos agricultores em que moldes irão ser indemnizados pelos estragos verificados nas suas plantações localizadas na albufeira da barragem em construção.

Já ficou tudo bem explicado e os agricultores estão todos animados e já não estão na incerteza e com dúvidas acerca das indemnizações. Identificamos cerca de 10 a 15 agricultores e agora um grupo de técnicos vai estar aqui na próxima semana, para fazermos a avaliação das plantas que vão ser retiradas

da albufeira nesta primeira fase, que abrange os terrenos mais próximos da barragem (Agricultor, 35anos, entrevista realizada em 30/05/2014).

O nosso informante se mostrava na altura convencido de que iriam receber pelas suas plantações, que há vários anos estão fixados nestes terrenos. O mesmo agricultor é de opinião de que a BFG é bem-vinda, porque vai desenvolver todas as zonas que ficam à montante dessa infraestrutura.

Esta barragem é uma obra muito importante para os agricultores de Boaventura, de Ribeirão Boi, Achada Bel-Bel e para a Justino Lopes, porque vai beneficiar a todos. Nós não somos contra a barragem, ela é bem-vinda, só que estávamos descontentes por causa das nossas plantações que vão ser destruídas, mas agora tudo ficou esclarecido (Agricultor, 35 anos, entrevista realizada em 30/05/2014).

Em consequência da pouca pluviosidade ocorrida no ano de 2014, a bacia não mobilizou água suficiente que provocasse inundação. Assim não houve necessidade de deslocar a população conforme estava previsto que ocorresse entre os meses de agosto a setembro de 2014. Entretanto os agricultores já tinham iniciado o processo de abandono das atividades produtivas.

3. Lançamento da primeira pedra e os impasses no início da construção das novas habitações

A 16 de julho de 2014, foi lançado oficialmente a primeira pedra com vista a construção do complexo habitacional em Achada Bel Bel, para acolher as famílias cujas casas ficarão “engolidas” pelas águas

da BFG. Na placa de inauguração ficou estabelecido que as habitações seriam construídas num período de nove meses. Entretanto, na ocasião, os moradores mostraram estar divididos, havendo mesmo quem não queria ver a sua casa construída em Achada Bel Bel, outros no entanto, concordaram mas sob algumas condições.

A compensação recebida pelos deslocados costumam levar em boa conta as devidas compensações em termos de infraestruturas e equipamentos individuais e coletivos (casas, poços, escolas etc.). As infraestruturas são até muitas vezes bem melhores em comparação com aqueles perdidos no alagamento da barragem. Contudo, as perdas em termos de modos de vida, de biodiversidade, de sentido de comunidade e terrenos produtivos podem ser bem mais pesadas (BAZIN *et al.*, 2011; ALIER, 2007).

Todavia, seis meses depois do acto inaugural, as obras ainda não tinham começado. Os moradores de Boaventura (Figueira Gorda) estavam “apreensivos” em relação ao seu futuro e queriam esclarecimentos do Governo sobre a construção das suas casas e sobre a indemnização pelas perdas das suas culturas.

Nós fomos abandonados pela câmara e pelo governo. Estamos muito agastados com esta situação porque eles têm faltado com a verdade. Chegam aqui nos seus grandes jeeps com muitas promessas e quando vão-se embora fica tudo na mesma (Agricultor, 45 anos, entrevista realizada em 13/12/2014).

A frustração que vem de um sentimento de exclusão, muitas vezes pode levar a tensões sociais. Reconhece-se que, em muitos casos, os ressentimentos não vão desaparecer ao longo do tempo, antes pelo contrário, eles se tornam intergeracional e mais difícil de

resolver, resultando em altos custos de transação para os eleitos locais e as autoridades públicas forçadas a lidar com as pessoas insatisfeitas (BAZINet *al.*, 2011; WATEAU, 2008; SARAIVA, 2003), e dando, assim, muitas vezes, origem a conflitos tendo os “recursos” ambientais como referência.

Aqui será importante se ter em conta as situações nas quais as relações de pertença e similitude são orientadas por outros eixos, em que o mundo se movimenta noutras esferas, em que o visível e o invisível se articulam de outras maneiras (GUARIN, 2003). Quando um dos nossos entrevistados argumenta que “precisamos de pessoas com mais cabeça para nos ajudar porque nós estamos a ser afrontados” (Agricultor, 53 anos, entrevista realizada em 14/03/2014), as políticas públicas compensatórias, em tais circunstâncias, estarão a contribuir para consolidar a subalternidade dos boaventurenses na medida em que se constituem como instrumento de bloqueio da reprodução social camponesa. Este facto se evidencia transversalmente nas mais diversas actividades e formas tradicionais de apropriação territorial.

Eles devem saber que uma fornalha é como um pato, pois precisa de água permanente e de proximidade de acesso à vias de circulação. Não posso sair daqui para um outro lugar que não tenha as mesmas condições que aqui. Já estou estabelecido neste espaço há mais de dez anos (Produtor de aguardente, 45 anos, entrevista realizada em 30/05/2014).

Na mesma linha de argumentação outro entrevistado se resigna na afirmação “as pedras não se juntam com as garrafas” (Agricultor, 53 anos, entrevista realizada em 30/05/2014). Fica patente as fragilidades da comunidade em, com recursos próprios,

fazer frente perante as argumentações dos técnicos e dirigentes políticos e fazerem valer os seus argumentos, ou seja, falta recursos retóricos e espaços de negociação onde o não mensurável se possa mensurar. Há que se trabalhar no sentido de se criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele o faça, possa ser efetivamente ouvido (SPIVAK, 2010).

O ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território argumentou que Boaventura vai tornar-se uma “zona de risco podendo mesmo vir a ocorrer desabamento de casas e por isso, todas as pessoas que estão na zona de perigo têm de ser deslocadas para Achada Bel Bel” (www.expressodasilhas.cv, consultado em 05/01/2014). Todavia, o ministro fez questão de esclarecer ainda que o Governo “não está a forçar nenhuma situação” e que os moradores terão oportunidades de analisar a questão.

“As pessoas que não querem sair desta localidade, ou que não estejam de acordo com a solução proposta vão ser indemnizadas pelo justo valor das suas casas e terão a faculdade de decidir onde construir”, esclareceu o ministro, indicando que aquelas que aceitarem a demolição das suas casas em Boaventura, vão ter uma habitação com qualidade, mais segura e com excelentes condições em Achada Bel-Bel (www.expressodasilhas.cv, consultado em 05/01/2014).

A negociação se evidencia assim como meio para se procurar harmonizar as posições e despolitizar os conflitos dando-lhes um tratamento personalizado e privilegiando o acordo direto por via de compensações materiais e financeiras. Contudo, o diálogo com as estruturas de poder não se tem revelado fácil, por um lado, tendo em conta

os sucessivos atrasos no cumprimento dos prazos definidos pelas autoridades e, por outro, devido ao facto das mudanças propostas não aparentarem ter impacto igual sobre todos os visados. Segundo o ministro,

“O que estamos a fazer é para melhorar a qualidade de vida das pessoas e não o contrário, naturalmente que não é possível avançar com soluções que sejam de agrado de todos, mas o importante é que há oportunidade de escolha”(www.expressodasilhas.cv, consultado em 05/01/2014).

É assim que neste cenário se consagra uma certa conceção de “desenvolvimento sustentável”, em que a ideia de consenso ganha proeminência sobre a realidade conflituosa das relações sociais. Acredita-se na resolução dos problemas ambientais e sociais através de medidas de compensação monetárias sem se questionar as instituições da sociedade vigente (ACSELRAD, 2006).

As indemnizações ainda não saíram do papel, ninguém nos explica as razões. As tantas as pessoas regressaram à ribeira, mas há pouca água. Assim todo mundo está insatisfeito. Eu tenho 2 filhos órfãos em casa, o pai morreu há 7 anos. Eu pago todos os meses 2.700 escudos de transporte para irem para a escola (Moradora, 41 anos, entrevista realizada em 30/08/2014).

Um “silêncio que não agrada”, porque “o Governo não está a cumprir o prometido” (Moradora, 41 anos, entrevista realizada em 30/08/2014) acrescenta revoltada, embora consciente de que a construção da BFG, irá trazer benefícios para a região.

Em primeiro lugar as casas tinham que estar prontas. Se as chuvas tivessem caído como

é que fariamos? O que seria feito da população? Ouvimos dizer que lá (Achada Bel Bel) o terreno é do Estado. O presidente da Camara disse que o terreno é do Estado, mas se fosse do Estado já teriam avançado. Agora não vimos ninguém por aquiescola (Moradora, 41 anos, entrevista realizada em 30/08/2014).

Segundo a entrevistada, tem surgido “boatos” na comunidade em que se diz que o terreno onde lançaram a primeira pedra para a construção das casas não pertence ao Estado e que este facto tem atrasado o início das obras.

Se é verdade, queremos saber o que pretendem fazer, já que vão inaugurar a barragem brevemente” (Moradora, 41 anos, entrevista realizada em 30/08/2014).

Foi com alguma tensão e sob fortes medidas de segurança (com uma presença considerável de agentes policiais) que a BFG foi inaugurada a 8 de Novembro de 2014, nove meses depois do prazo inicialmente definido, alegadamente devido a uma avaria na grua utilizada nos trabalhos. O Primeiro-Ministro no discurso inaugural voltou a reforçar o objectivo de reabilitar o Complexo Agro-industrial Justino Lopes. “A reabilitação da ‘Justino Lopes’ permite-nos abastecer o mercado turístico nas ilhas do Sal e da Boa Vista. Mas também faculta a exportação dos nossos produtos para os mercados internacionais” (www.asemana.cv, Retirado em 10/11/2014).

A cerimónia de inauguração contou também com a presença do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Luís Campos Ferreira, país financiador da infraestrutura, que se mostrou “disponível” em continuar a trabalhar com Cabo Verde.

Contem sempre com um Portugal amigo, com um Portugal que quer partilhar economia e quer apoiar também a internacionalização dos seus empresários (...), estarei aqui sempre em nome de Portugal, e em meu nome pessoal, sempre que Cabo Verde entender que o nosso país pode ajudar, na economia, na cultura, naquilo que é a partilha da cultura das suas gentes (www.inforpress.cv, consultado em 10/11/2014).

O Primeiro-Ministro garantiu que o Governo indenizará as 30 famílias pela perda das moradias e do cultivo, provocada na construção da barragem. Mas também pediu aos moradores, presentes no acto inaugural, que “valorizem a obra”, porquanto, esta vai trazer “mais agricultura, pecuária e desenvolvimento da agro-indústria”.

“É claro que ainda não foram resolvidos todos os problemas, as pessoas estão a falar das suas casas, e, vão ser construídas, ninguém ficará sem a indemnização e ninguém ficará sem a sua casa”. Valorizemos a grande obra que acaba de ser inaugurada e que irá trazer mais agricultura, mais pecuária e mais desenvolvimento de agro-indústria (www.asemana.cv, consultado em 10/11/2014).

Contudo, grande parte dos visados não compareceram à inauguração como uma forma de protesto silencioso por não estarem satisfeitos com os sucessivos adiamentos no início do processo de indemnizações e construção das novas casas, por se sentirem “invadidos” dentro do seu próprio território, mas, sobretudo, pelo mar de incertezas que ensombra o futuro da comunidade.

Considerações Finais

A construção de barragens vem assumindo um papel central na estratégia nacional de mobilização e gestão de “recursos” hídricos num contexto saheliano em que a incerteza de fornecimento é um elemento sempre presente. Entretanto, este modelo tem servido principalmente aos objetivos nacionais e regionais em detrimento das populações locais. As propostas de compensação (ainda na forma de promessa) apresentadas aos agricultores de Boaventura têm-se limitado à indemnizações sobre bens produtivos (árvores de fruto, hortícolas, terrenos etc.) e novas habitações de padrão urbano. Os impasses na efetivação das promessas, a ameaça de perda de terras e de modos de vida tem gerado tensão e inquietação entre os locais.

As relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, são traspassadas por conflitos que se originam do impacto das assimetrias sociais e de seus impactos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Estamos assim perante uma situação em que o consenso esperado é desfeito, o que fez com que os agricultores se sentissem coagidos a agir e a constituir uma génese justificativa para as suas posições. Estudar estes mesmos conflitos é, por sua vez, uma contribuição na busca de processos mais democráticos de apropriação do território (gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas), destacando os atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos “recursos” ambientais nas mãos dos grandes interesses económicos.

Numa altura em que se prevê a deslocação de famílias com a construção das Barragens de Flamengos, Principal e Fi-

gueira Gorda a participação e a mobilização da população local no sentido de uma plena participação nos projetos de construção é claramente uma tendência desejável e que pode ser favorável para todas as partes interessadas.

O surgimento e a existência de atores sociais e políticos capazes de lutar contra as desigualdades é um desafio para a estabilidade social. Uma mudança de foco (de um poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes que se constituem na sociedade civil) tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises. Arce & Long (2000) denominaram este fenômeno de pluralização da modernidade e têm centrado as suas investigações na “contra-resposta” sobre o desenvolvimento levadas a cabo por muitos grupos locais. Mais do que uma simples descrição das lutas e das reações sociais, o principal objetivo ao se investigar temas desta natureza, segundo Almeida (2009), é refletir sobre as modificações que tais manifestações, contestações e protestos engendram nas posições sociais, nas propriedades e atributos dos grupos e dos atores em disputa e, em última análise, no social.

Referências

- ACSELRAD, H. A resolução Negociada de Conflitos Ambientais na América Latina – a constituição de um Campo? Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.
- ALIER, J. M. O Ecologismo dos Pobres. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, J. A construção Social de uma Nova Agricultura: Tecnologia Agrícola e Movimentos Sociais no Sul do Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ARCE, A.; LONG, N. (eds.). *Anthropology, Development, and Modernities*. Londres: Routledge, 2000.
- BAZIN, F.; SKINNER, J.; KOUNDOUNO, J. (dir.). *Partager l'eau et ses bénéfices: les leçons de six grands barrages en Afrique de l'Ouest*. Institut International pour l'Environnement et le Développement. Londres: Royaume-Uni, 2011.
- ESCOBAR, A. *Territories of difference: Place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.
- FERREIRA, V. *Conflitos e Participação no Uso da Água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde*. Cidade da Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2015.
- FLEURY, L. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na amazônia brasileira: a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. Tese Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2013.
- GOVERNO DE CABO VERDE. *Programa do Governo Para a VII Legislatura: 2001 – 2006*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2001.
- GUARIN, H. P. El Pensamiento de las Aguas de las Montañas. *Etnográfica*. Vol. VII (1), 2003. p. 63-86.
- SANTOS, S. A Geração Hídrica de Eletricidade no Sul do Brasil e seus Impactos Sociais. *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003. p. 87-103.
- SARAIVA, C. Aldeia da luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças. *Etnográfica*. Vol. VII (1), 2003. p. 105-130.
- SPIVAK, G. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WATEAU, F. Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação? In: CUESTA, T. S.; NEIRA, X. X. (Eds.) *Auga e sustentabilidade*. Enfoques para unha nova política de augas. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008. p. 11-15.

www.asemana.cv, consultado em 10/11/2014
www.asemana.publ.cv, consultado em 02/03/2015.
www.expressodasilhas.cv, consultado em 05/01/2014.
www.governo.cv, consultado em 02/03/2015.
www.ine.cv, consultado em 22/5/2016.
www.inforpress.cv, consultado em 10/11/2014
www.inforpress.publ.cv, consultado em 5/05/2015.
www.mdr.gov.cv, consultado em 02/03/2015.
www.mdr.gov.cv, consultado em 07/03/2015.
www.pt.calameo.com, consultado em 08/06/2016.
www.rtc.cv, consultado em 02/01/2015.

RESUMO

Entre os impasses do presente e as incertezas do futuro se desponta timidamente ações de autodefesa dos atingidos pela construção da Barragem de Figueira Gorda, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Os Boaventurenses se mobilizam e definem formas de resposta a processos externos de apropriação dos seus territórios e que provocará alterações radicais no espaço e na vida da comunidade. Num recorte temporal, que vai do lançamento oficial da construção da Barragem, em fevereiro de 2012, até à inauguração da infraestrutura, em novembro de 2014, este artigo examina os momentos de diálogo, de disputa e reposicionamento dos vários agentes envolvidos neste processo de deslocalização de grupos desprotegidos e muitas vezes impossibilitados de contrariar um processo de implementação de grandes projetos desenvolvimentistas.

PALAVRAS-CHAVE

Barragem. Desalojados. Figueira Gorda. Boaventura. Cabo Verde.

ABSTRACT

Between the impasses of the present and the uncertainties of the future emerges timidly self-defense actions of those are affected by the construction of the dam of Gorda Figueira, Santiago Island, Cape Verde. The Boaventurenses mobilize and define forms of response to external processes of appropriation of their territories and that will cause radical changes in space and in the community. From official launch of construction of the dam, in February 2012, to the inauguration of the infrastructure, in November 2014, this article examines the moments of dialogue, dispute and repositioning of the various actors involved in unprotected groups relocation process and often unable to counter an implementation process of large development projects.

KEYWORDS

Dam. Displaced persons. Figueira Gorda. Boaventura. Cape Verde

Recebido em: 10/10/15

Aprovado em: 10/06/16